



## Edital de Concurso nº 15/SMC/AHM/2026

O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA, abre procedimento de licitação, na modalidade CONCURSO (ver definição no item 17.1), para a **5ª EDIÇÃO DO PROGRAMA MEMORABILIA** (ver definição no item 17.2).

Inscrições abertas de 25/05/2026 às 12h do dia 27/07/2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, artigos 28, III e 30, Decreto Municipal nº 62.100/2022, Lei Federal nº 15.263/2025 e, ainda, de acordo com as condições definidas neste Edital.

### 1. SOBRE O PROGRAMA

1.1. O Programa Memorabilia é uma licitação na modalidade concurso que seleciona e premia textos, fotografias e ilustrações que retratam memórias sobre as ruas de São Paulo, de pessoas que moram ou visitam a cidade.

1.2. O programa é uma iniciativa do Núcleo de Memória Urbana do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo (AHM) que, além do presente edital, cuida do Dicionário de Ruas (<https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/>) e participa do processo de dar e alterar nomes de ruas.

1.3. As **propostas selecionadas** são aquelas que atingem a pontuação mínima prevista no item 9 do edital. Elas são publicadas no Acervo Memorabilia, no Dicionário de Ruas, site onde é possível pesquisar as histórias das ruas de São Paulo e de seus nomes.

1.4. As **propostas premiadas** são aquelas que tiverem pontuação mais alta dentre as demais propostas de sua região. O número de premiados por região é determinado no item 8 do edital;

1.5. O edital do Programa Memorabilia segue os princípios da Linguagem Simples. Em compromisso com eles, o texto foi escrito de forma simplificada, evitando frases longas, indiretas e palavras complexas. Os termos que não conseguimos substituir por outros mais simples estão explicados no item 17 do edital “DAS

DEFINIÇÕES”.

## **2. DOS OBJETIVOS DO MEMORABILIA**

2.1. O Memorabilia tem por objetivo ampliar as informações disponibilizadas no Dicionário de Ruas, por meio da participação de seus usuários, reconhecendo que os relatos da população contribuem para a diversificação e o enriquecimento das narrativas sobre a história das vias e espaços públicos da cidade de São Paulo, para além de suas denominações oficiais (ver definição no item 17.3).

2.2. Considerando que o conjunto de aproximadamente 49.000 nomes de ruas e vias públicas reflete, historicamente, uma perspectiva hegemônica (ver definição no item 17.4) de homenagens, o programa busca enfrentar a sub-representação de grupos sociais minorizados (ver definição no item 17.5) e as desigualdades regionais na preservação e difusão das memórias urbanas, com atenção especial às áreas periféricas da cidade.

2.3. Nesse sentido, o Memorabilia visa reunir e valorizar memórias, saberes e experiências de grupos e territórios historicamente invisibilizados, a partir de perspectivas contra-hegemônicas, reconhecendo a legitimidade de conhecimentos produzidos para além do meio acadêmico e promovendo a articulação entre lugares, tradições e sujeitos que compõem a coletividade urbana. Os critérios de avaliação (item 9) previstos neste edital consideram esses objetivos.

## **3. DAS CONDIÇÕES E DOS IMPEDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO**

- 3.1. Poderão participar pessoas físicas brasileiras ou estrangeiras maiores de 18 anos.
- 3.2. Não será permitida a participação de integrantes da Banca de Avaliação ou da Agente de Contratação.
- 3.3. Não será permitida a participação de cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau de servidor da Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa, da Agente de Contratação ou de integrantes da Banca de Avaliação.
- 3.4. Não será permitida a participação de pessoa servidora ou empregada da Administração Pública Municipal direta ou indireta da cidade de São Paulo, nem de pessoa que exerça função pública perante a Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa.

- 3.5. É proibida a participação de pessoas declaradas impedidas de contratar com a Administração Pública por terem débitos (dívidas) com o poder público.

#### 4. DA INSCRIÇÃO

##### 4.1. Das informações gerais da inscrição

- 4.1.1. O prazo de inscrição vai do dia 25/05/2026 às 12h do dia 27/07/2026, horário de Brasília.
- 4.1.2. A proposta deverá ser elaborada de acordo com as explicações deste edital. A inscrição será realizada na plataforma de editais da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa de São Paulo, SMC Editais. A plataforma pode ser acessada por meio do link <https://smceditais.prefeitura.sp.gov.br>
- 4.1.3. Cada proponente (ver definição no item 17.6) só poderá inscrever uma proposta
- 4.1.4. A pessoa participante pode se inscrever em edições diferentes do edital com propostas diferentes. Proposta idêntica à já inscrita em edição anterior será desconsiderada.
- 4.1.5.** A pessoa participante deve escolher uma das categorias para a proposta: **memória escrita** ou **memória visual**, explicadas no item 5 do edital.
- 4.1.6. Uma mesma proposta não pode ser inscrita em mais de uma categoria.
- 4.1.7. A pessoa participante deverá ocultar da proposta dados sensíveis, como seu endereço residencial, em caso de texto ou imagem que retrate a rua e casa onde se vive, para sua própria segurança.

##### 4.2. Dos documentos solicitados

- 4.2.1. Devem ser enviados cópia do Documento de Identificação (RG/RNE) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Carteira de Identidade Nacional (CIN) da pessoa proponente, na inscrição.
- 4.2.2. Não serão aceitos documentos difíceis de ler, manchados ou riscados de tal forma que não permitam sua perfeita compreensão.
- 4.2.3. O Anexo I, Minuta de Licença de uso de Direitos Autorais, deve ser preenchido, assinado e entregue no ato da inscrição.
- 4.2.4. As assinaturas válidas são: assinatura digital feita pelo

site do Governo Federal (gov.br) ou assinatura manuscrita, igual àquela apresentada no documento de identidade (RG, CNH ou CIN).

4.2.5. Arquivos ou links que não possam ser abertos pela banca de avaliação por problemas técnicos não serão considerados para fins de análise.

4.2.6. Não serão aceitos documentos protegidos por senha.

#### 4.3. Das responsabilidades da pessoa participante

4.3.1. É de inteira responsabilidade da pessoa participante o preenchimento completo e adequado do formulário de inscrição. A pessoa deve enviar corretamente os documentos solicitados no item 4.2 deste edital dentro do prazo e horário estabelecidos neste Edital. A Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa (SMC) não se responsabiliza por eventuais problemas técnicos, elétricos ou imprevistos enfrentados pela pessoa proponente que possam impedir a conclusão da sua inscrição

4.3.1.1. As inscrições não realizadas ou incompletas que restarem após o término do prazo de inscrição serão automaticamente invalidadas e não serão consideradas para fins de avaliação.

4.3.2. Propostas com necessidades técnicas especiais deverão ter seus custos extras arcados pela pessoa participante.

4.3.3. Propostas com algum conteúdo de autoria de terceiros têm seus direitos autorais sob total responsabilidade da pessoa participante, conforme estabelece a minuta (proposta) de contrato, ANEXO I.

4.3.4. É de inteira responsabilidade da pessoa participante garantir que as informações prestadas no ato da inscrição estejam corretas. O descumprimento dessa obrigação está sujeito às penalidades previstas na legislação em vigor.

4.3.5. A inscrição significa que a pessoa participante conhece e aceita todos os termos e obrigações deste edital.

#### 4.4. Da validação das inscrições

4.4.1. Serão desclassificadas as inscrições que não atendam aos termos dos itens 4 “**DA INSCRIÇÃO**” e item 5 “**DA PROPOSTA**”.)

4.4.2. A validação das inscrições será feita pela Agente de Contratação, conforme apontado no item 6.2.1 deste edital, seguindo os **critérios eliminatórios** abaixo:

4.4.2.1. Número de caracteres (ver definição no item 17.7) diferentes do especificado no item 5.1.3 para propostas na modalidade escrita e no item 5.2.6, para legendas das propostas da modalidade visual;

4.4.2.2. Imagens do tipo “selfie” e/ou fotos em ambiente interno que não retratem o logradouro (ver definição no item 17.8), tanto para propostas na modalidade visual, quanto para imagens de capa de propostas na modalidade escrita;

4.4.2.3. Imagens com conteúdo obsceno e/ou discriminatório, em qualquer das modalidades;

4.4.3. A Agente de Contratação publicará a lista de inscrições deferidas e indeferidas (ver definição no item 17.9) no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, após o fechamento do período de inscrições;

#### 4.5. Dos recursos da inscrição

4.5.1. As pessoas concorrentes terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar recurso (ver definição no item 17.10) caso discordem da invalidação de inscrição, através da plataforma SMC Editais, mesma pela qual são feitas as inscrições;

4.5.2. Recursos não podem ser abertos para apresentar nova documentação, apenas para dar explicações sobre documentos já apresentados durante o prazo de inscrições;

4.5.3. Caso algum recurso não for aceito pela Agente de Contratação, passará por análise da autoridade competente, Secretário Municipal de Cultura e Economia Criativa.

### 5. DA PROPOSTA

5.1. **Modalidade: Memória Escrita.** Nesta categoria, as pessoas participantes são convidadas a apresentar suas memórias sobre as ruas de São Paulo por meio de textos escritos. É importante que os textos sejam originais e que os limites de extensão estabelecidos neste edital sejam respeitados.

5.1.1. A autoria deve ser da pessoa participante. Caso haja utilização de referências ou citações, elas devem ser devidamente sinalizadas, através de aspas ou nota de rodapé. As referências também devem ser creditadas com a indicação do título da obra de origem, número de página (para citações diretas), nome da pessoa autora e ano de publicação;

5.1.2. Todos os textos inscritos na modalidade escrita devem vir acompanhados de uma imagem de capa, que servirá de ilustração para o texto no Dicionário de Ruas caso a proposta seja selecionada. A imagem de capa deve ter relação explícita com o logradouro escolhido e com o texto proposto. Também é necessário seguir alguns critérios básicos, descritos no item 5.1.5.2;

5.1.3. Não aconselhamos o uso de Inteligência Artificial Generativa na criação de textos e/ou imagens, sem vínculo com processos autorais ou vivências reais.

5.1.4. Tamanho do texto: o texto da **memória escrita** deve ter no mínimo 5.000 e no máximo 15.000 caracteres. Exceto textos em formato de poesia, que podem ter o mínimo de 500 caracteres;

5.1.5. Tamanho do arquivo: o tamanho máximo dos arquivos, sejam eles textos ou imagens, é de 10 Megabytes (MB) (ver definição no item 17.11) cada um;

5.1.6. Documentos a serem entregues:

5.1.6.1. Proposta de Memória Escrita em PDF (ver definição no item 17.12);

5.1.6.2. Imagem de capa: arquivo digital formato JPEG ou PNG (ver definição no item 17.13) e em alta resolução;

5.1.6.3. Imagens extra (não obrigatório): caso você envie um documento PDF que contenha imagens que auxiliem na composição do projeto enviado, envie o arquivo de cada uma delas separadamente no campo “demais imagens” em seu formulário de inscrição. Limite de 6 imagens.

5.1.7. As pessoas participantes podem escolher qualquer uma das formas de escrita, listadas abaixo para expressar suas memórias e reflexões sobre as ruas de São Paulo.

5.1.7.1. **Relato**

Texto autoral e flexível, sem necessidade de referências bibliográficas. O texto pode partir de vivências pessoais, testemunhos, memórias afetivas, entrevistas, conversas com moradoras e moradores antigos ou reflexões construídas fora do espaço acadêmico.

A pessoa autora pode contar uma história, descrever experiências, refletir sobre um tema ou misturar essas formas. O texto pode seguir ou não uma ordem

cronológica e pode adotar um tom mais pessoal, subjetivo ou descritivo, desde que esteja relacionado às ruas da cidade de São Paulo e às memórias ali construídas.

#### 5.1.7.2. **Texto** **acadêmico**

Formato indicado para propostas que adotem uma abordagem analítica e teórica. Exige pesquisa, organização argumentativa e uso de referências bibliográficas. O texto deve dialogar com conceitos, autores ou autoras e contribuir para a reflexão sobre as ruas de São Paulo, suas memórias e dimensões sociais, históricas ou culturais. Aqui não é exigido ineditismo (ver definição no item 17.14). Você pode nos enviar algum artigo que você já tem pronto e até publicado ou pode aproveitar trechos de alguma pesquisa acadêmica sua.

#### 5.1.7.3. **Poesia**

A poesia permite uma abordagem mais lírica e artística das memórias. Os participantes podem utilizar versos, rimas e figuras de linguagem para evocar emoções e retratar suas vivências nas ruas de São Paulo de maneira sensível e criativa. A poesia pode ser livre, sem a necessidade de seguir uma estrutura fixa, permitindo à pessoa autora explorar sua expressão artística de forma única.

**5.2. Modalidade: Memória Visual.** Na modalidade visual, as pessoas participantes são convidadas a expressar suas memórias sobre as ruas de São Paulo através de composições visuais. É fundamental que as obras respeitem as diretrizes estabelecidas neste edital.

5.2.1. As imagens devem, obrigatoriamente, ser de autoria da pessoa proponente e/ou fazer parte do acervo do Arquivo Histórico Municipal (AHM).

5.2.2. Imagens produzidas à mão e fora do meio digital (tais como desenhos ou colagens) devem ser digitalizadas em alta resolução através de scanner ou fotografia. O AHM não se responsabilizará pela digitalização de material.

5.2.3. Todas as imagens inscritas na modalidade visual devem vir acompanhadas de legendas explicativas, que forneçam elementos que auxiliam na avaliação da composição visual enviada.

5.2.4. Não aconselhamos o uso de Inteligência Artificial

Generativa na criação de textos e/ou imagens, sem vínculo com processos autorais ou vivências reais.

5.2.5. Informações técnicas imagem: arquivo digital formato JPEG ou PNG e em alta resolução.

5.2.6. Legenda: o texto que acompanha e explica a memória visual deve ter no mínimo 400 e no máximo 2.000 caracteres.;

5.2.7. Documentos a serem entregues:

5.2.7.1. Projeto em formato de imagem, conforme especificado no item 5.2.5;

5.2.7.2. Legenda do projeto em PDF.

5.2.8. As pessoas participantes podem escolher qualquer uma dessas formas de expressão visual para compartilhar suas memórias e reflexões sobre as ruas de São Paulo.

5.2.8.1. **Fotografia**: Podem ser inscritas fotografias que registrem e expressem memórias ligadas a uma rua específica da cidade de São Paulo. As imagens devem revelar vivências, histórias, gestos ou aspectos do cotidiano urbano. A fotografia pode ser colorida ou em preto e branco e pode ser produzida com qualquer tipo de câmera, digital ou analógica, incluindo celulares.

5.2.8.2. **Desenhos, Ilustrações e Pinturas**: Inclui trabalhos feitos à mão ou por meios digitais, como desenhos, pinturas e ilustrações, utilizando diferentes técnicas, materiais e suportes. As obras devem expressar memórias, percepções ou experiências relacionadas às ruas da cidade, valorizando a autoria e o gesto artístico.

5.2.8.3. **Colagens**: Trabalhos construídos a partir da combinação de diferentes materiais e imagens, como recortes, fotografias, papéis, tecidos ou outros elementos visuais. A colagem pode ser usada para narrar memórias, criar associações e composições visuais relacionadas às ruas de São Paulo.

5.2.8.4. **Outras Composições Visuais**: Abrange outras formas de expressão visual não listadas acima, como bordados, grafites, intervenções urbanas, esculturas, objetos ou técnicas mistas.



## **6. DA AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

- 6.1. A Agente de Contratação será 1 (uma) servidora efetiva do quadro da Administração Pública.
- 6.2. A Agente de Contratação:
  - 6.2.1. Promove a validação das inscrições em acordo com a conferência dos documentos solicitados na inscrição. Eles estão indicados no item 4.2 do edital. A validação também depende do atendimento das exigências presentes no item 4.4 do edital;
  - 6.2.2. Promove a habilitação das propostas a serem premiadas, em acordo com o estabelecido no item 10 do edital e declara as inabilitadas, por meio da conferência das certidões fiscais e jurídicas necessárias para habilitação.
  - 6.2.3. Responde aos eventuais recursos que aconteçam durante as etapas de validação de inscrição e de habilitação de proponente para recebimento de premiação.

## **7. DA BANCA DE AVALIAÇÃO**

- 7.1. A Banca de Avaliação será formada por ato da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa (SMC) para a atribuição de notas a critérios de natureza técnica ou artística previstos nos itens 9.1 e 9.2 deste edital.
- 7.2. A banca será composta por 7 (sete) membros, sendo 3 (três) servidores públicos, ao menos um deles efetivo. Além disso, serão 4 (quatro) representantes da sociedade civil, todos com conhecimento técnico, experiência e renome na avaliação dos critérios técnicos ou artísticos previstos neste edital.
- 7.3. Os membros representantes da sociedade civil serão indicados pelo Secretário Municipal de Cultura e Economia Criativa, respeitadas as exigências do item 7.2 deste edital.
- 7.4. Os membros da Sociedade Civil serão remunerados pela prestação de serviços, pela Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa (SMC) com dispensa de licitação (ver definição no item 17.15) fundamentada no art. 75, XIII, da Lei nº 14.133/21, com remuneração de R\$3.000,00 (três mil reais) pagos em 1 (uma) parcela, onerando a dotação orçamentária (ver definição no item 17.16) nº 25.10.13.391.4032.6.411.33903600.00.1.500.9001.0.
- 7.5. Os membros da Banca pertencentes aos quadros da Administração Pública não serão remunerados e terão o mesmo período de serviço na banca que os membros da Sociedade Civil.
- 7.6. A Secretaria Municipal de Cultura publicará no Diário Oficial da Cidade (DOC) de

São Paulo a portaria de nomeação da Banca de Avaliação.

7.7. A Banca de Avaliação:

7.7.1. Atribui as notas às propostas participantes deste edital, de acordo com os critérios técnicos ou artísticos previstos nos itens 9.1 e 9.2.

7.7.2. Recepçiona, analisa e se manifesta, de forma fundamentada, com relação aos recursos contra seus atos, encaminhando-os à autoridade competente, caso não altere a pontuação original questionada.

7.7.3. Promove o desempate das propostas.

7.7.4. Propõe à autoridade competente a aprovação do resultado.

## 8. DA PREMIAÇÃO

8.1. O valor máximo previsto para o pagamento de premiação de todas as propostas premiadas neste edital será de R\$26.000,00 (vinte e seis mil reais);

8.2. Será utilizada a dotação orçamentária nº 25.10.13.391.3001.6.411.33903100.00.1.500.9001.1 para o exercício de 2026.

8.3. As propostas **vencedoras** receberão a premiação individual no valor de **R\$2.000,00** (dois mil reais). Poderá haver **até dez propostas** vencedoras, duas de **cada região da cidade**, sendo **uma da modalidade escrita e uma da modalidade visual**, que não competem entre si.

8.4. Serão vencedoras as propostas selecionadas que atingirem a maior pontuação, ficando em **primeiro lugar**, dentre as demais propostas da mesma região e da mesma modalidade que a sua, respeitando-se a divisão geográfica indicada no item 17.17 e o valor total deste edital, discriminado no item 8.1.

8.5. As propostas classificadas em **segundo lugar** receberão a premiação individual no valor de **R\$1.000,00** (mil reais). Poderá haver **até seis propostas** contempladas com a premiação de segundo lugar, sendo elas das zonas **Leste, Sul e Norte**, com **duas de cada região da cidade, uma da modalidade escrita e uma da modalidade visual**.

8.6. O pagamento será feito em 1 **(uma) parcela**, conforme especificado no item 12.1 deste edital.

8.7. A Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa não se responsabilizará por quaisquer custos extras, sejam de estrutura técnica ou artísticas, que não o valor pago pela seleção de cada projeto.

## 9. DO PROCEDIMENTO DE JULGAMENTO

### 9.1. Critérios de Avaliação da Modalidade Memória Escrita:

<b>Critério</b>	<b>Descrição</b>	<b>Pontuação</b>	<b>Peso</b>	<b>Pontuação máx.</b>
<b>9.1.1. Perspectiva contra hegemônica</b>	O texto propõe uma ruptura com narrativas oficiais ou dominantes. Apresenta olhares outros, insurgentes (ver definição no item 17.18), diversos.	<b>1-10</b>	<b>3</b>	<b>30</b>
<b>9.1.2. Valorização de grupos sociais e territórios marginalizados</b>	Dá voz ou visibilidade a sujeitos e territórios historicamente apagados (periferias, populações negras, indígenas, migrantes, mulheres, LGBTQIAPN+, etc.).	<b>1-10</b>	<b>3</b>	<b>30</b>
<b>9.1.3. Relevância da memória para a rua escolhida</b>	A proposta se conecta de forma significativa com a rua retratada – seja pelo nome, pelo uso simbólico, histórico ou afetivo.	<b>1-10</b>	<b>3</b>	<b>30</b>
<b>9.1.4. Clareza, Coerência e Adequação da Linguagem</b>	A proposta comunica bem sua mensagem dentro do gênero escolhido, respeitando estilos próprios e valorizando a expressão autêntica.	<b>1-10</b>	<b>3</b>	<b>30</b>
<b>9.1.5. Originalidade e Potência Criativa</b>	A proposta possui força criativa, abordagens singulares, escolha estética própria e modos autorais de narrar memórias e experiências relacionadas às ruas da cidade.	<b>1-10</b>	<b>2</b>	<b>20</b>
<b>9.1.6. Observação de questões urbanas</b>	A memória parte da perspectiva da transformação urbana e traz discussão sobre a ocupação do espaço público e o direito à cidade.	<b>1-10</b>	<b>2</b>	<b>20</b>
<b>9.1.7. Engajamento Coletivo ou Comunitário</b>	Avalia de que forma a proposta se relaciona com memórias coletivas, práticas de escuta, trocas comunitárias ou circulação pública da memória, considerando diferentes níveis de envolvimento.	<b>1-10</b>	<b>2</b>	<b>20</b>

### 9.2. Critérios de Avaliação da Modalidade Memória Visual:

<b>Critério</b>	<b>Descrição</b>	<b>Pontuação</b>	<b>Peso</b>	<b>Pontuação máx.</b>
<b>9.2.1. Perspectiva</b>	A obra visual propõe uma ruptura com imaginários dominantes ou hegemônicos. Aponta outras leituras	<b>1-10</b>	<b>3</b>	<b>30</b>

<b>contra hegemonia</b>	possíveis da cidade e de sua história.			
<b>9.2.2. Valorização de grupos sociais e territórios marginalizados</b>	A imagem visibiliza corpos, territórios e narrativas historicamente apagadas ou silenciadas, destacando experiências periféricas, coletivas ou insurgentes.	<b>1-10</b>	<b>3</b>	<b>30</b>
<b>9.2.3. Relação Significativa com a Rua Representada</b>	A imagem se conecta de forma potente e/ou sensível com a rua retratada – seja pelo nome, vivência, história, símbolo ou transformação do espaço.	<b>1-10</b>	<b>3</b>	<b>30</b>
<b>9.2.4. Clareza, Coerência e Força da Composição Visual</b>	Avalia-se a força visual da obra: seu impacto, harmonia, uso das cores, texturas, foco, iluminação, resolução, enquadramento ou desenho.	<b>1-10</b>	<b>3</b>	<b>30</b>
<b>9.2.5. Originalidade e Potência Criativa</b>	Apresenta um olhar inovador, sensível ou poético sobre a rua. Valoriza experimentações, apropriações simbólicas ou técnicas originais.	<b>1-10</b>	<b>2</b>	<b>20</b>
<b>9.2.6 Observação de Questões Urbanas</b>	A proposta visual observa, expressa ou tensiona processos de transformação urbana, modos de ocupação do espaço público e experiências relacionadas ao direito à cidade, a partir da memória vinculada à rua apresentada.	<b>1-10</b>	<b>2</b>	<b>20</b>
<b>9.2.7. Engajamento Coletivo ou Comunitário</b>	A proposta visual envolve práticas de criação compartilhada, escuta, troca ou participação de grupos locais, considerando diferentes níveis de engajamento no processo de produção, circulação ou registro da obra.	<b>1-10</b>	<b>2</b>	<b>20</b>

- 9.3. A avaliação de cada proposta validada será feita por três membros da Banca de Avaliação, nomeada nos termos do item 7.2.
- 9.4. Cada critério tem pontuação mínima de 1 e máxima de 10 pontos, definidos nas tabelas 1 ou 2, de acordo com a modalidade da inscrição (memória escrita ou memória visual).
- 9.5. Cada critério tem um peso. Assim sendo, critérios com peso 1, tem pontuação mínima total de 1 ponto e máxima de 10 pontos. Já um critério com peso 2, tem pontuação mínima total de 2 pontos e máxima de 20 pontos e assim por diante.

- 9.6. A pontuação máxima total é de 180 pontos, para qualquer modalidade de proposta.
- 9.7. Propostas com pontuação total de menos de 100 pontos serão desclassificadas e desconsideradas.
- 9.8. Todas as propostas com pontuação igual ou maior que 100 pontos serão selecionadas e classificadas em ordem decrescente (do maior para o menor) de pontuação;
- 9.8.1. As propostas selecionadas serão publicadas no Dicionário de Ruas. Nem todas as propostas selecionadas serão premiadas, apenas aquelas descritas nos itens 8.3 a 8.5 do edital.
- 9.9. **Pontuação afirmativa:** as ações afirmativas deste edital são periodicamente avaliadas e ajustadas conforme seus efeitos práticos. A definição dos critérios de pontuação afirmativa considera a análise das edições anteriores do programa, bem como dados históricos sobre a produção de memória urbana, a toponímia da cidade e o acesso às políticas culturais. As ações afirmativas adotadas neste edital priorizam marcadores sociais cuja exclusão é estrutural, verificável e diretamente relacionada aos objetivos do programa. Nesse sentido, a pontuação afirmativa (de 5 pontos, acumuláveis, a cada perfil abaixo) será atribuída a propostas apresentadas por:
- 9.9.1. pessoas pretas, pardas e indígenas (PPI), em razão do apagamento histórico de suas presenças, contribuições e trajetórias na memória oficial da cidade;
- 9.9.2. pessoas de baixa renda, mediante comprovação por meio do Cadastro Único (CadÚnico), reconhecendo o papel de trabalhadores e trabalhadoras na produção de memórias urbanas pouco valorizadas institucionalmente;
- 9.9.3. pessoas com deficiência, considerando as barreiras históricas de acesso à cidade, à cultura e aos processos de produção e registro da memória urbana.
- 9.10. A pontuação final será a média entre as notas atribuídas pelos três membros da banca que avaliarem a proposta.
- 9.11. Em caso de empate na pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios para desempate:
- 9.11.1. Possuir pontuação afirmativa. No caso de ambas possuírem, aquela que possuir maior pontuação afirmativa ganha;
- 9.11.2. Já haver participado do edital anteriormente e não ter sido contemplado com premiação;

9.11.3. Maior pontuação no critério 9.1.2 ou 9.2.2, a depender da modalidade inscrita.

9.11.4. Sorteio realizado em sessão pública.

9.12. Em todas as reuniões da Banca de Avaliação serão elaboradas atas, as quais deverão conter todas as ocorrências e fundamentações das decisões.

9.13. A Banca de Avaliação decidirá sobre os casos não previstos neste edital, tendo a autonomia para isso. Ela poderá solicitar apoio técnico, assim como pedir esclarecimentos aos candidatos inscritos. Pode inclusive desclassificar projetos que não atendam aos requisitos mínimos exigidos neste Edital, incluindo os pontos abaixo:

9.13.1. Não serão aceitas propostas que apresentem quaisquer formas de assédio, preconceito ou intolerância contra qualquer pessoa, como a discriminação com base em raça, cor, etnia, sexo, nacionalidade, origem social, religião, idade, deficiência, aparência corporal, orientação sexual, identidade de gênero ou expressão de gênero;

9.13.2. Não serão aceitas propostas que tratem de promoção pessoal de autoridade, de servidora ou servidor público, ou da imagem de governo, de qualquer esfera política;

9.14. Finalizada a fase de julgamento, a Banca de Avaliação apresentará ao Secretário Municipal de Cultura e Economia Criativa a lista provisória de todas as propostas validadas em ordem decrescente (da maior para a menor) de pontuação, com a pontuação final, atribuídos para cada um dos critérios de julgamento e pontuação afirmativa, previstos nos itens 9.1, 9.2 e 9.9. Nela também constarão eventuais propostas desclassificadas pela Agente de Contratação, com o respectivo motivo da desclassificação. Essa lista será publicada no Diário Oficial da Cidade (DOC) e no site oficial da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa;

9.15. As pessoas concorrentes terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar recurso, caso discordem da pontuação recebida, através da plataforma SMC Editais;

9.16. Caso haja recursos, será publicada relação deles no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e aberto prazo de 3 (três) dias úteis para as contrarrazões (item 17.17) ao recurso, ou seja, para outros participantes se manifestarem a respeito desses recursos;

9.17. Os recursos e as contrarrazões apresentadas, se houver, serão analisados pela Banca Avaliadora, conforme o caso, que poderá rever sua decisão ou, caso a mantenha, encaminhará para análise e deliberação do Secretário Municipal de Cultura e Economia Criativa.

## 10. DA HABILITAÇÃO

- 10.1. Após a fase dos recursos, será publicada no Diário Oficial do Município e no site oficial da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa a listagem das propostas classificadas. Na publicação haverá a colocação final em ordem decrescente de pontuação, e a convocação dos potenciais premiados para entrega dos documentos para habilitação;
- 10.2. As pessoas proponentes a serem premiadas terão o prazo de até 7 (sete) dias corridos, a partir da publicação da convocação mencionada no item 10.1, para entregar à Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa os documentos necessários para premiação. Os documentos devem ser entregues através da plataforma SMC Editais, sendo eles
- 10.2.1. Comprovante de Situação Cadastral do CPF:  
<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>
  - 10.2.2. Cópia do comprovante de inscrição no Programa de Integração Social (PIS);  
<https://meu.inss.gov.br/#/login> (Faça login e acesse “Meu Cadastro”)
  - 10.2.3. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa:  
<https://servicos.receitafederal.gov.br/servico/certidoes/#/home/cpf>
  - 10.2.4. Comprovante de regularidade no Cadastro Informativo (CADIN) municipal  
[http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadin/Pesq\\_Deb.aspx](http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadin/Pesq_Deb.aspx)
  - 10.2.5. Certidão de Tributos Mobiliários comprovando a regularidade perante a Fazenda do Município de São Paulo:  
[https://duc.prefeitura.sp.gov.br/certidoes/forms\\_anonimo/frmConsultaEmissaoCertificado.a\\_spx](https://duc.prefeitura.sp.gov.br/certidoes/forms_anonimo/frmConsultaEmissaoCertificado.a_spx)
  - 10.2.6. Inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM):  
<https://ccm.prefeitura.sp.gov.br/login/contribuinte?tipo=F;>
  - 10.2.7. Em caso de não inscrição no item anterior, apresentar declaração de Não Cadastramento e Inexistência de Débitos com a Fazenda do Município de São Paulo, conforme Anexo II;
  - 10.2.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas: <https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces>
  - 10.2.9. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de

Improbidade Administrativa - Conselho Nacional de Justiça – CNJ:

[www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

10.2.10. Portal de Sanções Administrativas (BEC) que pode ser obtida no link: [https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes\\_ui.aspx/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx](https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui.aspx/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx)

10.2.11. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e de e Empresas Punidas (CNEP) que pode ser obtida no link: <https://certidoes.cgu.gov.br/>

10.2.12. Rol de Empresas Punidas [https://prefeitura.sp.gov.br/web/gestao/w/coordenadoria\\_de\\_bens\\_e\\_servicos\\_cobes/empresas\\_punidas/9255](https://prefeitura.sp.gov.br/web/gestao/w/coordenadoria_de_bens_e_servicos_cobes/empresas_punidas/9255) ;

10.2.13. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz (ANEXO IV)

- 10.3. Todas as certidões deverão estar no prazo de validade e não possuir qualquer pendência tanto no momento da habilitação quanto para formalização da premiação e pagamento;
- 10.4. Serão aceitas como prova de regularidade certidões positivas com efeito de negativa.
- 10.5. A análise dos documentos relacionados no item 10.2 será realizada pela Agente de Contratação, que deverá publicar no Diário Oficial da Cidade a relação das propostas habilitadas e inhabilitadas, fazendo constar o motivo da inhabilitação.
- 10.6. Serão inhabilitadas as propostas que não apresentarem a documentação completa mencionada no item 10.2 no prazo previsto ou que, uma vez apresentada, apresentem alguma irregularidade ou impedimento na mesma.
- 10.7. Caso a Agente de Contratação constate que alguma das pessoas autoras selecionadas está impedida de participar do presente edital previstos nos itens 3.2 a 3.5, a partir da análise dos documentos de habilitação, deverá declará-los inhabilitados.
- 10.8. As propostas inhabilitadas terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar recurso. Caso haja recursos, será aberto prazo de 3 (três) dias úteis para contrarrazões (ver definição no item 17.19). Ambos recursos e contrarrazões serão analisados pela Agente de Contratação. Caso a agente mantenha sua decisão, ou seja, não aprove os recursos, encaminhará para análise e deliberação do Secretário Municipal de Cultura e Economia Criativa.
- 10.9. Nesta fase, os recursos não podem ser utilizados para apresentar nova documentação, servindo apenas para dar explicações sobre documentos já



apresentados durante o prazo de habilitação. Não serão aceitas novas certidões no prazo recursal que apresentavam pendências durante o prazo de habilitação.

- 10.10. Caso se mantenha a inabilitação, a pessoa suplente (próxima na ordem de classificação) será convocada para envio da documentação de habilitação.

## **11. DA HOMOLOGAÇÃO (ver definição no item 17.20)**

- 11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, o Secretário Municipal de Cultura, após análise dos recursos, homologará o resultado final do edital. Será publicada a relação dos vencedores habilitados a serem premiados pelo concurso e a ordem de classificação do Concurso. Nesta ocasião o Secretário autorizará a emissão da Nota de Empenho (ver definição no item 17.21) e o empenho de recursos necessários para assumir as despesas.
- 11.2. Após a homologação do edital, as pessoas vencedoras selecionadas e habilitadas receberão suas Notas de Empenho, conforme informações deste edital, assim como o kit de pagamento, referente à etapa descrita no item 12 do edital;
- 11.3. A pessoa participante será a responsável, caso houver, pelos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais e financeiros, assim como pelas demais obrigações contratuais ou legais decorrentes da execução da obra. As obrigações incluem aquelas resultantes de utilização de direitos autorais ou patrimoniais, sendo responsável por quaisquer prejuízos causados à Municipalidade ou a terceiros por atos decorrentes da execução.

## **12. DO PAGAMENTO**

- 12.1. Os valores da premiação das propostas vencedoras serão depositados pela Secretaria Municipal de Cultura, em parcela única, 30 (trinta) dias após a data de entrega de toda a documentação correta relativa ao pagamento. A documentação deverá ser enviada após a assinatura do recibo da nota de empenho;
- 12.2. Os pagamentos só poderão ocorrer em **contas correntes do Banco do Brasil** (e não poupança ou contas conjuntas) em nome das pessoas participantes.
- 12.3. A efetivação do pagamento dos valores acima estará condicionada à consulta da documentação exigida para a habilitação da proposta, conforme item 10.2 do edital.
- 12.4. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no Banco do Brasil S/A, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no Diário Oficial da Cidade (DOC) do dia 22 de janeiro de 2010.
- 12.4.1. Quem presta serviço de forma pontual (sem

continuidade), como pessoa física ou jurídica, e tem contrato com a Prefeitura de São Paulo, fica dispensado de atender ao artigo 1º do Decreto nº 51.197/2010 se o valor a receber for de até R\$ 8.000,00. (Portaria SF nº 9/2021).

- 12.5. As pessoas participantes vencedoras deverão providenciar o preenchimento da Ficha de Atualização do Cadastro de Credores - FACC, na conformidade do Anexo Único do referido Decreto.

### **13. DAS PENALIDADES**

- 13.1. Para a execução do projeto, são aplicáveis as sanções previstas no art.º 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações (ver definição no item 17.22) e demais normas pertinentes. Devem ser observados os procedimentos contidos no art.º 145 e seguintes do Decreto Municipal nº 62.100/22, a fim de garantir o contraditório e a ampla defesa;
- 13.2. Propostas que tenham caráter discriminatório, conforme especificado no item 6.11 do edital, serão imediatamente desclassificadas.
- 13.3. A recusa injustificada da pessoa participante selecionada em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará à multa de 30% sobre o valor da premiação.

### **14. DA PROPRIEDADE, LICENCIAMENTO E DIVULGAÇÃO DAS OBRAS**

- 14.1. As pessoas vencedoras selecionadas neste edital de concurso deverão ceder à Secretaria Municipal de Cultura todos os direitos patrimoniais relativos ao projeto, as obras delas resultantes, assim como suas imagens;
- 14.2. Esse conteúdo poderá ser reproduzido parcial ou integralmente em qualquer suporte, incluindo comunicação ao público por quaisquer modalidades e formas.
- 14.3. Ele poderá ser livremente utilizado pela Administração Pública em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização de seu autor ou autora, pelo prazo de 10 anos;
- 14.4. O material já publicado poderá permanecer além desse prazo e por tempo indeterminado no histórico das mídias eletrônicas da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, na qualidade de registro, de acordo com o princípio da transparência e da publicidade dos eventos realizados pela Administração Pública;

## 15. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1. As responsabilidades civis, penais, comerciais e outras, a respeito da utilização de direitos autorais e/ou patrimoniais anteriores, ao mesmo tempo ou posteriores à formalização do Contrato, cabem exclusivamente à pessoa participante;
- 15.2. A Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa não se responsabilizará, em hipótese alguma, pelos atos, contratos ou compromissos de natureza comercial, financeira, trabalhista ou outra, assumidos pela pessoa participante para fins da elaboração da proposta;
- 15.3. Agentes da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas terão livre acesso correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas aos termos de contrato, assim como aos locais de execução do respectivo objeto;
- 15.4. Dúvidas em relação ao presente edital deverão ser formuladas por e-mail à equipe do Núcleo de Memória Urbana do Arquivo Histórico Municipal, em até 3 (três) dias antes da data de encerramento das inscrições, pelo endereço: [memoriaurbana.ahm@prefeitura.sp.gov.br](mailto:memoriaurbana.ahm@prefeitura.sp.gov.br)
- 15.5. Ao se inscrever, o candidato ou candidata garante a inexistência de plágio na iniciativa, assumindo integralmente a autoria e respondendo exclusivamente por eventuais acusações nesse sentido.
- 15.6. A Agente de Contratação poderá, a qualquer momento, realizar verificações para tirar dúvidas ou verificar se as declarações das pessoas participantes são verdadeiras.

## 16. DOS PRAZOS

Ação	Data
Prazo para <u>impugnação do edital</u> (ver definição no item 17.23)	De 15 a 19 de maio de 2026
Prazo para respostas a impugnações	De 20 a 22 de maio de 2026
Inscrições	De 25 de maio a 27 de julho de 2026
Publicação da lista de inscrições deferidas e indeferidas	04 de agosto de 2026
Prazo para recursos	De 05 a 07 de agosto de 2026
Publicação dos recursos (se houver)	11 de agosto de 2026
Prazo para contrarrazões aos recursos	De 12 a 14 de agosto de 2026
Publicação do resultado parcial	09 de setembro de 2026
Prazo para recursos	De 10 a 14 de setembro de 2026
Publicação dos recursos (se houver)	16 de setembro de 2026
Prazo para contrarrazões aos recursos	De 17 a 21 de setembro de 2026

Publicação do resultado com recursos acatados ou não, com justificativas	30 de setembro de 2026
Prazo para habilitação	De 01 a 07 de outubro de 2026
Publicação de lista de habilitados e inabilitados	09 de outubro de 2026
Prazo para recursos	De 13 a 15 de outubro de 2026
Publicação dos recursos (se houver)	19 de outubro de 2026
Prazo para contrarrazões aos recursos	De 20 a 22 de outubro de 2026
Publicação do resultado final homologado	30 de outubro de 2026
Pagamento	30 dias após a assinatura do recibo da nota de empenho

## 17. DEFINIÇÕES

- 17.1. **Concurso:** modalidade de concorrência com o fim de determinar vencedores e/ou lista de classificação;
- 17.2. **Memorabilia:** nome do concurso, que significa “aquilo digno de memória”;
- 17.3. **Denominações oficiais:** nomes oficiais de ruas que foram dados através de lei ou outro tipo de norma legal;
- 17.4. **Perspectiva hegemônica:** é o ponto de vista que historicamente teve mais espaço, poder e visibilidade nas decisões públicas. No caso dos nomes de ruas, refere-se às homenagens feitas principalmente a pessoas e grupos socialmente privilegiados, que se tornaram mais reconhecidos na história oficial da cidade;
- 17.5. **Grupos sociais minorizados:** são aqueles que, ao longo da história, tiveram menos reconhecimento, menos visibilidade e menos participação nas decisões sobre a cidade, mesmo sendo fundamentais para sua construção e vida cotidiana.
- 17.6. **Proponente:** pessoa física que venha a se inscrever neste edital. Aquela pessoa que envia a proposta, que se inscreve no concurso. Usamos como sinônimo o termo “participante”;
- 17.7. **Caracteres:** letras e espaços digitados no teclado;
- 17.8. **Logradouro:** vias públicas como ruas, avenidas, viadutos, pontes, travessas, alamedas e praças.
- 17.9. **Deferido e indeferido:** aprovado ou reprovado;
- 17.10. **Recurso:** quando a pessoa não concorda com o resultado do concurso ou com alguma decisão tomada e pede, de forma formal, que isso seja revisto.
- 17.11. **Megabytes (MB):** unidade de medida de dados. Aqui utilizada para delimitar

o tamanho das imagens enviadas;

17.12. **PDF:** do inglês *Portable Document Format*, formato de documento digital;

17.13. **JPEG e PNG:** formatos de fotografias;

17.14. **Ineditismo:** que é inédito. Nunca foi visto ou publicado.

17.15. **Dispensa de licitação:** uma exceção à regra geral da Lei de licitações;

17.16. **Dotação orçamentária:** código da origem do orçamento público; Tipo de verba de orçamentos públicos. Sua existência é obrigatória para que haja pagamento de qualquer despesa pública, nesse caso, da premiação dos vencedores do concurso.

**17.17. Regiões de São Paulo, que serão consideradas para fins de premiação por zona da cidade:**

17.17.1. **Zona Sul**, os logradouros localizados nas subprefeituras da Vila Mariana, Ipiranga, Santo Amaro, Jabaquara, Cidade Ademar, Campo Limpo, M'Boi Mirim, Socorro e Parelheiros.

17.17.2. **Zona Leste**, os logradouros localizados nas subprefeituras da Penha, Ermelino Matarazzo, São Miguel, Itaim Paulista, Mooca, Aricanduva/Formosa/Carrão, Itaquera, Guaianases, Vila Prudente, São Mateus, Cidade Tiradentes e Sapopemba.

17.17.3. **Zona Norte**, os logradouros localizados nas subprefeituras de Perus, Pirituba/Jaraguá, Freguesia/Brasilândia, Casa Verde/Cachoeirinha, Santana/Tucuruvi, Tremembé/Jaçanã e Vila Maria/Vila Guilherme.

17.17.4. **Zona Oeste**, os logradouros localizados nas subprefeituras da Lapa, Butantã e Pinheiros.

17.17.5. **Centro**, os logradouros localizados na subprefeitura da Sé.

17.18. **Insurgentes:** ações ou ideias que enfrentam as regras ou formas dominantes e propõem novas maneiras de fazer, pensar e viver a cultura.

17.19. **Contrarrazões ao recurso:** instrumento de defesa contra determinado recurso;

17.20. **Homologação:** aprovação/confirmação dada por autoridade judicial ou administrativa;

17.21. **Nota de empenho:** documento através do qual o poder público reserva o dinheiro que será pago na despesa, informando o valor a ser pago e quem irá recebê-lo;

- 17.22. **Lei de licitações:** define a forma como o poder público realiza compras ou contrata serviços;
- 17.23. **Impugnação do edital:** direito de qualquer cidadão questionar a existência e/ou solicitar maiores esclarecimentos sobre o edital;

## **18. ANEXOS**

### **ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO LICENÇA DE DIREITOS AUTORAIS**

Pelo presente instrumento particular, as partes, de um lado, **LICENCIANTE**, e de outro, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA/ARQUIVO HISTÓRICO

MUNICIPAL, neste ato representada por Paulo Henrique Yuzo Thuchimoto, diretor do Arquivo Histórico Municipal, designada simplesmente **LICENCIADA**, celebram o presente CONTRATO DE LICENÇA DE DIREITOS AUTORAIS, com fundamento no Artigo 49 e seguintes da Lei nº 9.610/98, conforme cláusulas abaixo descritas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente instrumento tem por objeto a cessão à LICENCIADA, de forma irrevogável e irretratável, vinculando o LICENCIANTE e seus sucessores, dos direitos patrimoniais do conteúdo textual ou fotográfico, de titularidade do LICENCIANTE, para publicação no website Dicionário de Ruas, em formato digital, através do programa MEMORABILIA.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS MODALIDADES DE UTILIZAÇÃO**

A LICENCIADA está autorizada a utilizar o conteúdo referido na cláusula primeira para a finalidade de publicação no website Dicionário de Ruas ou aquele que o vier a substituir, através do programa Memorabilia, assim como para publicações impressas e online de interesse do Arquivo Histórico Municipal.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO**

A presente autorização é válida por tempo indeterminado.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA TITULARIDADE**

O LICENCIANTE declara ser o titular e detentor dos direitos autorais referentes ao

conteúdo referido na cláusula primeira, cedendo, neste ato, à LICENCIADA, em caráter irrevogável e irretratável, os direitos autorais patrimoniais que sobre ela recaem.

Caso a LICENCIADA não seja detentora dos direitos autorais e conexos sobre o conteúdo, informações ou elementos da proposta, é de sua responsabilidade a obtenção de autorização para utilização de obra do autor ou do titular dos direitos autorais ou dos direitos conexos, assim como a obtenção de autorização para uso de nome e/ou imagem.

LICENCIADA é responsável pelo pagamento dos valores relativos a direitos autorais aos titulares ou entes arrecadadores e dos valores eventualmente estipulados com os titulares quando da obtenção de autorizações de uso dos direitos de personalidade (nome e imagem).

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS MORAIS**

A LICENCIADA compromete-se a fazer o devido crédito do LICENCIANTE no conteúdo publicado, bem como, em qualquer material de divulgação do programa em que o conteúdo estiver contido.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Fica eleito o Foro da Fazenda Pública do Estado de São Paulo como único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas e de comum acordo com as disposições pertinentes a este instrumento, assinam este documento em 02 (duas) vias idênticas e de igual teor.

São

Paulo, DATA

---

Licenciante

---

Licenciada

## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO (CCM) E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

(Nome da pessoa ou razão social da pessoa jurídica), inscrita no (CPF ou CNPJ) sob nº \_\_\_\_\_, (se pessoa jurídica) por intermédio de seu representante legal, (nome) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

(local do estabelecimento), (dia) (mês) (Ano).

---

(assinatura)

### ANEXO III - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE.

(Nome da pessoa física) \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art.º. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de catorze anos, na condição de aprendiz.

(local do estabelecimento), (dia) (mês) (Ano).

---

(assinatura)



## **ANEXO IV - TERMO DE REFERÊNCIA - CONCURSO PROGRAMA MEMORABILIA 2026**

### **01. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

O presente Termo de Referência (TR) pretende dar continuidade ao procedimento licitatório na modalidade CONCURSO, visando a seleção de textos, fotografias e ilustrações que retratam memórias sobre as ruas de São Paulo. As memórias selecionadas são publicadas no Dicionário de Ruas, site do Arquivo Histórico Municipal, que conta as histórias das ruas e de seus nomes. Não há limite de propostas selecionadas para publicação no site. Há premiação prevista nos valores de R\$1.000,00 e R\$2.000,00 de segundo e primeiro colocado, por região da cidade e pelas modalidades escrita e visual.

### **02. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DO CONCURSO**

A fundamentação do presente CONCURSO, de seus critérios de pontuação e premiação, encontra-se no objetivo de ampliar as informações presentes no Dicionário de Ruas, contando com a participação de seus usuários, e na pretensão de reunir memórias de grupos sociais apagados pela história oficial da cidade.

Entende-se que os relatos da população enriquecem o conteúdo do Dicionário de Ruas e trazem olhares diversos, a partir da vivência da própria população. Com isso, é possível diversificar as fontes de informações do site, para além dos documentos produzidos pelo poder público municipal.

Na plataforma, é possível encontrar grande parte das biografias dos homenageados das ruas centrais da cidade. Já nas ruas da região periférica faltam informações sobre seus homenageados. Além da desigualdade de homenagens, também há uma desigualdade regional da guarda e difusão da história.

Partindo dessas observações, o Memorabilia pretende valorizar experiências e conhecimentos que vão além da produção acadêmica, de pesquisadores e estudantes universitários. Se pretende estabelecer relações entre os lugares da cidade, suas tradições e os sujeitos que formam a coletividade. Os critérios de avaliação levam em conta essa realidade.

### **03. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

A descrição da solução encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, na folha SEI 153368540

#### 04 – ESTIMATIVA DE PREÇO

A definição do valor da premiação constante do edital tomou por base:

a) A Portaria SMC nº 32/2022, que trata dos valores de referência para prêmios e contratações no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, servindo como parâmetro institucional consolidado, com respaldo técnico e histórico de aplicação.

Publicações: Artigos, resenhas, textos críticos e textos literários (Incluído pela Portaria SMC nº 34/2023)

Quantidade de laudas	Valor
Até 9 laudas	R\$1.000,00 por lauda
10 laudas ou mais	R\$ 10.000,00

b) Pesquisa de preço adicional realizada por meio de consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), onde foi identificado edital semelhante divulgado por órgão da administração pública federal, que reforça a adequação do valor proposto frente a parâmetros nacionais, conforme folha SEI 153365969.

Tais referências foram utilizadas como base para estipular um valor de premiação compatível com o mercado e com a natureza do certame, observando ainda a disponibilidade orçamentária do presente exercício.

Já o valor destinado à remuneração da banca de avaliação também foi fundamentado na Portaria SMC nº 32/2022, nos termos do §3º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, sendo este normativo o principal instrumento regulamentar interno para fixação de valores para pareceristas e jurados.

A utilização da referida Portaria garante segurança jurídica e administrativa à escolha dos valores, por se tratar de ato normativo vigente e amplamente aplicado em editais anteriores da pasta.

Considerando o grau de complexidade dos projetos avaliados pela banca, optou-se pela utilização de valor mais baixo que aquele apontado pela referida portaria.

O detalhamento desta estimativa pode ser consultado no parecer constante na folha SEI 153368726 e na pesquisa de preços 153365969.

#### 05. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A demanda do Arquivo Histórico Municipal possui as seguintes características:

1) selecionar propostas que tratem de memórias sobre as ruas de São Paulo; 2) ampliar o público do Dicionário de Ruas e sua participação na construção de conteúdo

da plataforma e 3) diminuir lacunas de informações entre as zonas centrais e abastadas, das zonas periféricas da cidade.

Para tanto, o procedimento terá a seguinte dinâmica prevista no Edital:

- a) inscrições abertas de 25/05 a 27/07, com o envio da proposta em um dos dois formatos possíveis - memória escrita e memória visual - e dos anexos previstos em edital, a serem realizadas pela plataforma SMC Editais, assim como as demais etapas do processo;
- b) avaliação da agente de contratação dos documentos enviados;
- c) deferimento das inscrições;
- d) avaliação de cada proposta por três avaliadores da banca, conforme critérios estabelecidos no item 9 do Edital;
- e) publicação no DOC e no site oficial da SMC do resultado provisório;
- f) abertura do prazo recursal e posterior publicação dos recursos recebidos nos mesmos canais de comunicação;
- g) abertura do prazo para contrarrazões;
- h) avaliação da banca e, se necessário, do secretário municipal de cultura, dos recursos e contrarrazões;
- i) publicação do resultado final e abertura do prazo de habilitação dos vencedores a serem premiados;
- j) publicação da habilitação ou inabilitação dos proponentes;
- k) homologação, pela autoridade competente, senhor secretário, do resultado do edital, seguindo cronograma contido no item 16 dele.

## 06. DA FISCALIZAÇÃO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução, em especial o estipulado nas CLÁUSULAS 6ª - DAS OBRIGAÇÕES DO LICENCIANTE, e CLÁUSULA 7ª - DAS OBRIGAÇÕES DA LICENCIADA da Minuta do Termo de Contrato, anexo integrante do Edital de Concurso.

A execução do Termo de Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato ou pelos respectivos substitutos.

Desta forma, para os Termos de Contrato a serem firmados com os vencedores do presente edital de Concurso, ficam denominados como fiscal titular do contrato a servidora Vitoria Martins Fontes da Silva, RF 956.208-7, e como fiscal suplente, a servidora Marta Rogério dos Santos, RF 796.906-6.

## **07. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

A avaliação da execução do objeto, será realizada no transcurso do edital, dado que no ato da inscrição será submetida a proposta escrita ou visual para avaliação da Banca de Avaliação.

Após análise da Banca de Avaliação, será deliberada a seleção ou não das propostas, conforme critérios estipulados no instrumento editalício, especificamente em seu item 9.

Além da seleção, haverá a classificação das propostas selecionadas da maior para a menor nota, sendo as primeiras colocadas, de cada região da cidade, contempladas com premiações de R\$1.000,00 e R\$2.000,00, a depender da ordem de colocação, conforme elucidado no item 1 do Estudo Técnico Preliminar.

O pagamento, decorrente da premiação do concurso, objeto deste Termo, será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do seu aceite definitivo, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente da contratante, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto nº 62.100/2022.

O pagamento será depositado pelo Tesouro Municipal em conta corrente do Banco do Brasil, em nome da pessoa premiada, a qual se obriga a manter conta aberta e ativa até o término do contrato.

## **ANEXO V - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**

**PROCESSO SEI:** [6025.2026/0002604-5](#)

### **1 - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo subsidiar a escolha da melhor solução para enfrentar o problema identificado: a desigualdade na representatividade de informações históricas sobre as ruas da cidade de São Paulo na plataforma Dicionário de Ruas, que reúne os registros dos logradouros públicos com nomes oficializados e as histórias dessas vias e de suas denominações. Observa-se uma concentração das narrativas nas regiões centrais da cidade, em detrimento das periferias, o que contribui para o apagamento de histórias locais e a invisibilização de sujeitos periféricos.

Para enfrentamento deste problema, torna-se necessário ampliar a diversidade territorial, social e cultural das histórias presentes no acervo digital, garantindo maior equidade e representatividade. A solução pretendida é a seleção de memórias produzidas por cidadãos das diversas regiões da cidade, especialmente das periferias, por meio de um edital de concurso. No entanto, em consonância com os princípios da administração pública e as boas práticas de planejamento de contratações, foram avaliadas outras alternativas viáveis, apresentadas no item 5 deste ETP. No item 6 se justifica a escolha da solução pretendida, a qual detalhamos a seguir:

Dentre os trabalhos artísticos, até dezesseis poderão ser premiados.

- O primeiro colocado de cada região da cidade, Zona Leste, Zona Sul, Zona Norte, Zona Oeste e Centro, na modalidade Memória Escrita (5 premiados);
- O primeiro colocado de cada região da cidade, Zona Leste, Zona Sul, Zona Norte, Zona Oeste e Centro, na modalidade Memória Visual (5 premiados);
- O segundo colocado da Zona Leste, Zona Sul e Zona Norte, na modalidade Memória Escrita (3 premiados);
- O segundo colocado da Zona Leste, Zona Sul e Zona Norte, na modalidade Memória Visual (3 premiados);

O aumento no número de premiados por região foi estabelecido na edição de 2024, considerando o tamanho da população de cada zona, além de questões socioeconômicas, em consonância com os objetivos do concurso, como o tamanho da população preta e parda e o IDHM de cada uma delas, conforme dados apresentados nas tabelas abaixo.

Tabela 1: População do Município de São Paulo, por zona da cidade.

<b>Região</b>	<b>População</b>
Zona Leste	4 milhões de habitantes
Zona Sul	3,7 milhões de habitantes
Zona Norte	2,2 milhões de habitantes
Zona Oeste	1,1 milhão de habitantes
Centro	423 mil habitantes

Fonte: IBGE – Censo 2022

Tabela 2: Distritos de São Paulo com mais de 50% de população preta e parda.

<b>Distrito</b>	<b>População preta e parda</b>	<b>Região</b>
Jardim Ângela	60,1%	Sul
Grajaú	56,8%	Sul
Parelheiros	56,6%	Sul
Lajeado	56,2%	Leste
Cidade Tiradentes	56,1%	Leste
Itaim Paulista	54,8%	Leste
Jardim Helena	54,7%	Leste
Capão Redondo	53,9%	Sul
Pedreira	52,4%	Sul
Guaianases	51,5%	Leste
Jardim São Luís	51,3%	Sul
Vila Curuçá	51,2%	Leste
Iguatemi	50,9%	Leste
Brasilândia	50,6%	Norte
Anhanguera	50,3%	Norte

Fonte: Mapa da Desigualdade 2022 – Instituto Cidades Sustentáveis

Tabela 3: Regiões nas quais estão localizados os distritos com mais de 50% de população preta e parda de São Paulo. São 15 distritos, no total.

<b>Região</b>	<b>População</b>
Zona Leste	7 de 15
Zona Sul	6 de 15
Zona Norte	2 de 15

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Tabela 2

Tabela 4: Os 10 distritos de São Paulo com menor IDHM. Para referência: IDHM São Paulo 0,805.

<b>Distrito</b>	<b>IDHM</b>	<b>Região</b>
Parelheiros	0.680	Sul
Cidade Tiradentes	0.708	Leste
Guaianases	0.713	Leste
M'boi Mirim	0.716	Sul
Itaim Paulista	0.725	Leste
Perus	0.731	Norte

São Mateus	0.732	Leste
São Miguel Paulista	0.736	Leste
Capela do Socorro	0.750	Sul
Cidade Ademar	0.758	Sul
Itaquera	0.758	Leste

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Censo 2010)

Tabela 5: Regiões nas quais estão localizados os 11\* distritos com menos IDHM de São Paulo.

<b>Região</b>	<b>População</b>
Zona Leste	6 de 11
Zona Sul	4 de 11
Zona Norte	1 de 11

\*Cidade Ademar e Itaquera empataram em 10º lugar

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Tabela 4

Tendo identificado a necessidade de separar a avaliação e concorrência entre as duas modalidades do edital é que se chegou à nova configuração que contempla dezesseis premiados no total, ainda tentando manter o equilíbrio regional, de acordo com o breve estudo realizado.

## **2 - ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO A INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO**

O presente concurso trata de programa criado pelo AHM no ano de 2022, em consonância ao seu Plano de Gestão 2021-2024, em especial ao objetivo 2, que trata da difusão da instituição. Além disso, a premiação definida para este concurso, foi prevista na LOA 2025 e dialoga com o Plano Plurianual de São Paulo 2022-2025, eixo 6.5 - SP Inovadora e Criativa - Programa 3001 Acesso à Cultura, tem como objetivo “[...] valorizar a cultura de periferia” e com a visão do Arquivo Histórico Municipal de garantir direito ao conhecimento de forma inclusiva e diversa.

## **3 - REQUISITOS DA PREMIAÇÃO**

As propostas deste concurso serão selecionadas de acordo com critérios técnicos estabelecidos em edital e definidos pela área responsável, considerando o cumprimento dos objetivos do concurso, entre outros critérios.

Todas as propostas serão avaliadas por banca avaliadora formada por servidores e membros da sociedade civil atuantes na área da cultura e dotados de conhecimento e experiência profissional que garantem a eficácia e idoneidade do processo.

A premiação tem o intuito de reconhecer os melhores trabalhos de cada região da cidade, permitindo a contemplação de todos os cantos de São Paulo, desde que se atinja a pontuação mínima, prevista no item 9.8 do edital para seleção. Não havendo nenhuma proposta que atinja essa pontuação, não haverá seleção e, portanto, tampouco premiação daquela região nesse caso.

As diferentes zonas da cidade contam com distintos números de possíveis premiados, devido aos dados apresentados no item 1 deste estudo, que busca uma proporcionalidade na premiação.

Há concurso vigente ou anterior com o mesmo objeto?

( ☒ ) Sim. Processos SEI n. [6025.2023/0021827-5](#), [6025.2022/0011054-5](#), [6025.2024/0017359-1](#) e [6025.2025/0008664-0](#)

( ☐ ) Não.

#### **4 - LEVANTAMENTO DA DEMANDA**

Para o presente concurso, estima-se o quantitativo de 150 inscrições, considerando que em 2025 foi atingida, pela primeira vez, a marca de 100 inscritos, com 103 no total, e o crescente esforço em divulgar o programa em diversas instituições culturais, de ensino, coletivos e nas distintas regiões da cidade, que resultou na triplicação do número de inscritos de 2022 para 2023 e num aumento, ainda que menos considerável do número de inscritos de 2023 para 2024 e deste para 2025, sempre numa crescente.

Também levamos em conta a média de 100 inscrições aos editais de fomento de diversas linguagens artísticas, em consulta aos respectivos setores responsáveis.

#### **5 - SOLUÇÕES EXISTENTES NO MERCADO**

a)

##### **Concurso**

O concurso público representa uma forma democrática e inclusiva de selecionar conteúdos, permitindo ampla participação social. Essa modalidade estimula o



engajamento criativo da população e valoriza a pluralidade de olhares sobre os territórios urbanos. A premiação no concurso permite reconhecer e valorizar produções culturais e memoriais sem configurar vínculo trabalhista ou obrigação de continuidade. Esta solução apresenta boa relação entre custo e benefício, simplicidade na execução, e maior aderência à natureza do projeto, que busca valorizar saberes populares e narrativas locais.

**b) Credenciamento**

O credenciamento foi considerado como alternativa, sobretudo pela sua viabilidade para seleção contínua de interessados. No entanto, essa modalidade pressupõe contrapartidas formais e prestação continuada de serviços, o que pode não se adequar à lógica de valorização espontânea de relatos e memórias populares. Além disso, exigiria estrutura administrativa para gestão do banco de credenciados, definição de critérios objetivos de contratação e eventual pagamento por produção, o que pode ter menor capilaridade e engajamento popular.

**c) Termo de Fomento com Organizações da Sociedade Civil (OSC)**

Foi também considerada a possibilidade de celebração de parcerias com OSCs, nos moldes da Lei 13.019/14. Essa alternativa tem potencial para estimular a mobilização comunitária e ampliar o alcance territorial da ação. Contudo, exige maior tempo de planejamento, construção de metas mensuráveis e capacidade de acompanhamento técnico, além de ser dependente da existência de organizações aptas e interessadas em assumir a execução da iniciativa em todas as regiões visadas. Também limita a participação individual ou espontânea de moradores que não estejam vinculados a coletivos formalizados.

**d) Produção direta pela Administração Pública**

A execução direta pelo corpo técnico da Administração foi descartada em função da limitação de recursos humanos, materiais e de conhecimento especializado para a realização de atividades de levantamento, escuta, sistematização e publicação de memórias locais em escala satisfatória e com abrangência territorial adequada. A limitação da capacidade operacional inviabiliza o alcance das metas pretendidas.

## **6 - ESCOLHA DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA**

Dentre as alternativas analisadas no item anterior, o concurso público com premiação mostra-se a mais adequada para atender à necessidade identificada, por sua capacidade de estimular a participação ampla e democrática, alcançar diferentes territórios da cidade, e valorizar narrativas plurais com menor complexidade administrativa. A proposta atende aos princípios de eficiência, economicidade, impessoalidade e interesse público, justificando a contratação por esta via.

Considerando o valor de R\$2.000,00 utilizado nas premiações do programa até o momento, optou-se pela manutenção do valor referente à premiação do primeiro colocado de cada região.

No intuito de continuação do movimento de expansão e consolidação do programa, foi pensada a ampliação da premiação para 2 primeiros colocados por região, 1 de cada modalidade. Além disso, os 2 segundos colocados, também das duas modalidades, serão premiados nas zonas Leste, Sul e Norte.

O valor da premiação dos segundos colocados é no valor de R\$1.000,00, como nas duas edições passadas do certame.

## **7- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

A definição do valor da premiação constante do edital tomou por base:

a) A Portaria SMC nº 32/2022, que trata dos valores de referência para prêmios e contratações no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, servindo como parâmetro institucional consolidado, com respaldo técnico e histórico de aplicação.

b) Pesquisa de preço adicional realizada por meio de consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), onde foi identificado edital semelhante divulgado por órgão da administração pública federal, que reforça a adequação do valor proposto frente a parâmetros nacionais, conforme folha SEI 153365969.

Tais referências foram utilizadas como base para estipular um valor de premiação

compatível com o mercado e com a natureza do certame, observando ainda a disponibilidade orçamentária do presente exercício.

Já o valor destinado à remuneração da banca de avaliação também foi fundamentado na Portaria SMC nº 32/2022, nos termos do §3º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, sendo este normativo o principal instrumento regulamentar interno para fixação de valores para pareceristas e jurados.

A utilização da referida Portaria garante segurança jurídica e administrativa à escolha dos valores, por se tratar de ato normativo vigente e amplamente aplicado em editais anteriores da pasta.

Considerando o grau de complexidade dos projetos avaliados pela banca, optou-se pela utilização de valor mais baixo que aquele apontado pela referida portaria.

O detalhamento desta estimativa pode ser consultado no parecer constante na folha SEI 153368726 e na pesquisa de preços 153365969.

## **8 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

O objeto da contratação é divisível e pode ser parcelado?

(    ) Sim, é divisível e foi parcelado em tantas parcelas quanto tecnicamente e economicamente viáveis, conforme detalhamento do agrupamento em lotes realizados no termo de referência, pois \_\_\_\_\_ (justificar a impossibilidade de parcelamento do objeto em itens ou contratações distintas).

(    ) É divisível, mas não poderá ser parcelado, pois \_\_\_\_\_ (justificar a impossibilidade de parcelamento do objeto em itens ou contratações distintas).

( x ) Não é divisível.

## **9 - RESULTADOS PRETENDIDOS**

O Programa Memorabilia possui no germe da sua estrutura a desconstrução da narrativa dominante das toponímias existentes na cidade de São Paulo a partir da

elaboração participativa de novas ou outras memórias da cidade, alargando as possibilidades para a decolonização do espaço urbano.

A partir dos critérios elencados no edital do Programa, é possível focalizar o impacto cultural junto a grupos sociais frequentemente oprimidos pela lógica ocidental hegemônica, como os residentes de territórios periféricos, afrodescendentes, indígenas e pessoas com deficiência. O Programa também vislumbra a contribuição de memórias das ruas da cidade por meio de variadas linguagens, considerando relatos narrativos livres não acadêmicos, registros iconográficos, canções, poemas e outras formas de comunicação comumente excluídas do processo de oficialização da história da cidade.

Além disso, é possível considerar o impacto do programa na cultura de governança municipal ao considerar a sua interlocução com outras políticas públicas da cidade de São Paulo, sendo estas: o Projeto Placas Toponímicas da SP Parcerias, que visa incluir verbetes explicativos sobre os nomes das ruas em todas as placas da cidade; o Programa Memória Paulistana do

Departamento de Patrimônio Histórico da SMC, que seleciona fatos de referência cultural e confecciona placas a serem afixadas nos lugares de memória; o Programa Ruas de Memória, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, que visa alterar gradualmente nomes de ruas em referência à ditadura militar brasileira e outros eventos que violaram os direitos humanos.

Por fim, o acervo recolhido pelo Memorabilia permite a consulta e difusão em plataforma online pública de livre acesso. Incentiva, ao fim e ao cabo, o empoderamento das comunidades marginalizadas, proporcionando-lhes voz para se expressarem e tomarem decisões sobre suas próprias culturas e territórios, o que acarreta o aumento da sua autoestima e autoconfiança.

## **10 - PROVIDÊNCIAS ANTERIORES À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

Serão necessárias adequações de infraestrutura física ou tecnológica, de espaço físico, de logística ou outras providências pertinentes, no ambiente do Órgão para a execução do objeto da contratação?

( ☒ ) Não. A contratação não demandará qualquer alteração no ambiente do Órgão.

( ☐ ) Sim, será necessário: \_\_\_\_\_ (especificar adequações necessárias).

Será necessária a capacitação de servidor para a execução ou fiscalização contratual?

( x ) Não.

( ) Sim. A capacitação será realizada pela Contratada, sendo que a capacitação compõe obrigação contratual a ser prevista no respectivo Termo de Referência.

( ) Sim. A capacitação deverá ser providenciada pela Órgão \_\_\_\_\_  
(especificar tipo de capacitação, prazo e a quem cabe providenciar).

## **11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Existem contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade da demanda?

( x ) Não.

( ) Sim. \_\_\_\_\_ (citar o número do processo SEI e a justificativa da interdependência).

## **12- IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS**

Não se aplica, por se tratar de concurso 100% online.

## **13- DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

*O presente estudo técnico preliminar evidencia que a premiação de concurso descrita no item "ESCOLHA DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA" se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, **DECLARO SER VIÁVEL** a premiação pretendida.*

## **14- NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS/AQUISIÇÃO A SEREM CONTRATADOS**

- Aplicam-se à contratação proposta as seguintes disposições:

Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

Estabelece no Art.18º, inciso I, as normas para fase preparatória do processo licitatório.

Estabelece no Art. 30º, as normas para modalidade de licitação concurso.

- Decreto nº 62.100, de 27 de dezembro de 2022: Dispõe sobre normas de licitação e contratos administrativos para a Administração Pública Direta,

Autárquica e Fundacional do Município de São Paulo, regulamentando, no âmbito do Município de São Paulo, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

- Instrução Normativa - SEGES Nº 1 de 27 de janeiro de 2023: Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços no âmbito da Administração Pública Municipal de São Paulo.